

Plano de Carreira: no Fap, custo é R\$ 13 milhões

Vereador diz que é preciso discutir o impacto do projeto sobre o Fundo de Aposentadoria. Segundo o prefeito, há verbas

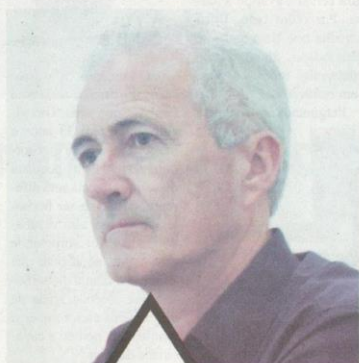
■ Márcio Reinheimer
marcio@jornalibi.com.br

O impacto da implantação do novo Plano de Carreira dos servidores sobre as receitas do Município não é o única preocupação dos vereadores. Na análise do projeto de lei, eles constataram que existem outras consequências que requerem atenção e recomendam cautela, como o custo das mudanças sobre o Fundo de Aposentadoria dos funcionários, o Fap. Segundo o estudo encomendado pelo Executivo à empresa CSM Consultoria Atuarial, a conta soma R\$ 13.297.799,50.

De acordo com o texto, todos os funcionários poderão receber promoções por tempo de serviço e por melhoria de escolaridade imediatamente. Como muitos estão prestes a se aposentar e levarão o salário integral para a inatividade, haverá o chamado déficit técnico. Trata-se da diferença entre o valor sobre o qual contribuíram e o que passarão a receber quando deixarem a função pública.

atz (PDT), que foi o primeiro a defender uma análise mais aprofundada do projeto de lei, está apreensivo. Segundo ele, da forma como a matéria foi encaminhada, fica claro que este custo será suportado pelo Executivo, ou seja, pelo contribuinte. "Os técnicos chegaram a sugerir uma medida compensatória, mas ela não consta da lei", afirma.

A CSM propôs, como alternativa, a criação de uma alíquota de custeio especial,



Acho que estamos indo longe demais. Talvez se possa fazer as mudanças mais urgentes agora e avançar daqui a dois ou três anos, levando em conta o comportamento da arrecadação

Vereador Roberto Braatz (PDT)



Não seríamos irresponsáveis a ponto de propor uma lei que não pudesse ser aplicada na prática ou que inviabilizasse os investimentos do Município em melhorias para a comunidade

Prefeito Luiz Américo Alves Aldana

com três possibilidades de amortização: 6,74% (60 meses), 3,37% (120 meses), ou 1,69% (240 meses). Como o funcionalismo já contribui para o Fap mensalmente, teria esta despesa extra para garantir a saúde financeira do Fundo e manter garantidas as aposentadorias no futuro. O Executivo, porém, não chegou a incluir a medida na lei.

Braatz observa, também, que a projeção de arrecadação do Município para os próximos anos foi realizada

com base nos resultados verificados entre 2008 e 2015. Neste período, o incremento médio da chamada Receita Corrente Líquida (RCL) foi de 4,68% ao ano. "É preciso lembrar que, em várias décadas, este foi um dos períodos de maior crescimento da economia brasileira. Um cenário muito diferente do atual, em que todos os indicadores apontam para queda na atividade econômica, aumento da inflação e desemprego, fatores que vão impactar diretamente na ar-

recadação", alega. Para ele, seria uma temeridade tomar decisão tão importante sem levar em conta as perspectivas de futuro, que não são animadoras na economia.

A própria CSM, nas conclusões do estudo, faz o alerta: "Embora nos últimos seis anos o crescimento médio real de 4,68% para a RCL, não quer dizer que venha a se manter, visto que, pela conjuntura de baixo PIB já consagrada no Brasil, é de supor que o crescimento robusto da

RCL possa vir a decair", diz o documento.

O vereador acredita que a proposta entregue pela Administração requer modificações. "Acho que estamos indo longe demais. Talvez se possa fazer as mudanças mais urgentes agora e avançar daqui a dois ou três anos, levando em conta o comportamento da arrecadação", sugere. "Não seria demérito recuar. Ao contrário, seria uma demonstração de zelo com a coisa pública", conclui.

"As nossas receitas vão aumentar"

O prefeito Luiz Américo Aldana entende que a Câmara está cumprindo seu papel ao fazer a análise do projeto. Porém, acredita que muitas das dúvidas já poderiam estar esclarecidas se os vereadores tivessem buscado informações junto à comissão que elaborou o projeto e, até mesmo, participado desse processo. Quanto ao Fap, o chefe do Executivo explica que a Administração tem conhecimento do "déficit técnico" e está estudando alternativas. Ele acredita que a conta deve ser dividida entre a Prefeitura e os servidores. "O Plano de Carreira é o alicerce da casa e sobre ele vamos construir outras melhorias", assegura.

Quanto ao impacto das modificações na arrecadação do Município, Aldana diz que o Legislativo pode ficar tranquilo. "O Executivo pode ficar tranquilo, pois tem bons motivos para acreditar que, em breve, Montenegro experimentará um novo ciclo de desenvolvimento. "Não seríamos irresponsáveis a ponto de propor uma lei que não pudesse ser aplicada na prática ou que inviabilizasse os investimentos do Município em melhorias para a comunidade", pondera.

O prefeito não quis dar detalhes, mas adiantou que a Administração está em tratativas para a implantação de mais duas grandes empresas no Município.